



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

**Jornal do Dia - 03/03/2015**

**Na mira do MPE 1**

O Ministério Público de Sergipe vai cobrar dos prefeitos que integram os consórcios públicos de resíduos sólidos a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que determina o fim dos lixões a céu aberto desde agosto do ano passado. Quer que eles comecem a viabilizar a construção dos aterros sanitários para que o lixo não seja mais jogado no meio ambiente.

**Na mira do MPE 2**

No mês de abril o diretor do Centro de Apoio de Meio Ambiente do Ministério Público de Sergipe, promotor Carlos Henrique, participará de reuniões dos consórcios Sul Centro Sul, Agreste Central, Baixo São Francisco e Grande Aracaju para cobrar a construção dos aterros pelos municípios. O consórcio do Agreste é o mais adiantado na implementação da PNRS. Os mais atrasados são o da Grande Aracaju e Baixo São Francisco.

**Realidade**

Agora os prefeitos terão de correr de pires nas mãos junto aos ministérios, em Brasília, em busca de recursos para construção de 28

aterros sanitários de pequeno e médio porte. Sergipe deve ser o único Estado da federação onde a bancada federal não apresentou nenhuma emenda ao Orçamento da União para a construção dos aterros.

**Subvenções 1**

Diante da investigação do Ministério Público Eleitoral com relação ao escândalo das verbas de subvenções, a Associação Antonio Vieira da Silva Neto, de Itabaianinha, teve as suas contas bloqueadas. A entidade chegou a receber no ano passado R\$ 439 mil das verbas de subvenções do então deputado estadual Mundinho da Comase, que tem sua base eleitoral no município.

**Subvenções 2**

Em abril, após concluir as investigações, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) começará a ouvir as testemunhas. Prestarão esclarecimentos os 23 então deputados estaduais da legislação passada e os presidentes das entidades que destinaram recursos das subvenções. Cada parlamentar teve direito a uma verba de subvenção correspondente a R\$ 1,5 milhão.